

Invasor perde na Justiça ação pela fixação da Estrutural

Moradores chegam a comemorar vitória, mas ganho de causa foi do GDF e abre caminho para a remoção de 3 mil famílias da área

A decisão da Justiça, comemorada com choro e fogos pelos moradores da invasão da Estrutural, na noite de segunda-feira, não passou de um mal-entendido. Ao contrário do que foi divulgado, os três desembargadores da 5ª Turma Cível do Tribunal de Justiça deram parecer favorável ao Governo do Distrito Federal na apelação dos invasores pelo assentamento definitivo no local. Na prática, tornaram ainda mais difícil a fixação das mais de 3 mil famílias que invadiram a área.

A assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) esclareceu que, na noite de segunda-feira, esteve em julgamento uma apelação em segunda instância da Associação dos Moradores da Estrutural. Eles usaram como documento para justificar a sua manutenção na área o acordo provisório assinado entre Governo e invasores em janeiro de 1996.

Dois dos três desembargadores da 5ª Turma entenderam que aquele documento não justificaria a manutenção daquelas pessoas na área, até porque se trata de um acordo provisório. No documento assinado em janeiro de 1996, os moradores aceitaram ser removidos de um lugar conhecido como Alta Estrutural para a Baixa Estrutural. Na prática, a mudança deixou os barracos mais próximos da pista. E liberou o local onde o governo pretende instalar um setor de indústrias.

É a segunda derrota das associações de moradores — Asmoes e Condomínio Residencial Betinho — desde que entraram com ação de manutenção de posse na Justiça, há dois anos, com a assessoria do gabinete do deputado distrital José Edmar Cordeiro (PMDB). O **Correio Braziliense** procurou ontem o ad-

vogado responsável pela ação, Ênio Bastos, contratado pelo parlamentar, mas uma gravação da Telebrasil avisava que o telefone do escritório estava programado para não receber ligações.

CHORO E ABRAÇO

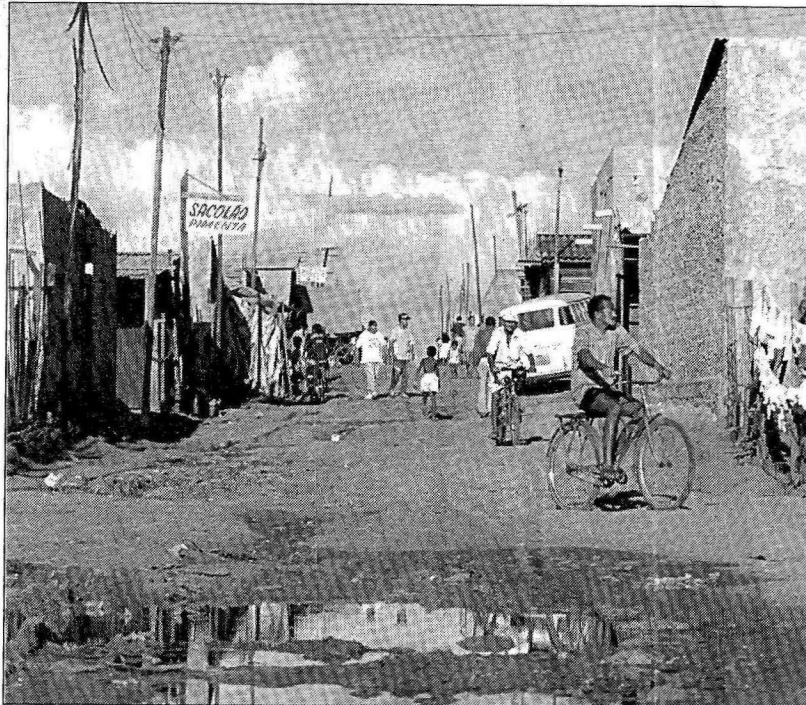
Ainda assim, o deputado José Edmar acha que saiu vitorioso. “Anexamos todos os documentos ao processo”, afirma. “Inclusive o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), que considera aquela área urbana e não de proteção ao meio ambiente como o governo diz”, completa.

Sem ainda saber ao certo o que decidiu o Tribunal, Ailza Helena Araújo Gomes, presidente do Condomínio Betinho, comemorava. “Aqui foi tudo festa, choro e abraço desde ontem”, diz ela, mais conhecida entre os vizinhos como Dona Nena. “Nós que temos realmente direito não vamos dar cobertura a quem vier invadir agora. A gente acredita que vai ter invasão em massa”, previa.

Dona Nena é a líder comunitária de maior influência na Estrutural. Marlene Mendes, vice-presidente da outra associação, a Asmoes, pouco circula entre os vizinhos. O **Correio Braziliense** tentou encontrá-la, mas seu telefone celular esteve desligado na tarde de ontem.

Quem defende o governo na ação é a Procuradoria-Geral. O procurador Marcelo Alencar explica que os desembargadores consideraram que a ação perdeu o objeto. “A grosso modo, é mais ou menos o seguinte: se os moradores aceitaram o acordo provisório de remoção para a Baixa Estrutural, perde o sentido continuar discutindo a manutenção de posse”, esclarece.

Carlos Moura



Moradores da Estrutural perdem apelação pela posse definitiva dos lotes

PERSONAGEM DA NOTÍCIA

FALTA APOIO, MAS DEPUTADO NÃO RECUA

José Edmar Cordeiro, o homem que não desiste. Deputado distrital em segundo mandato, ele sonhou e sonha com a Cidade Estrutural plantada entre o Guará e Taguatinga, às margens da estrada com o mesmo nome. Brigou com o ex-governador Joaquim Roriz e rompeu com seu sucessor, Cristovam Buarque, pelo mesmo motivo.

Não há acordo nem barganhas políticas que o façam recuar. Cristovam e Roriz foram igualmente ignorados, por mais sedutoras que tenham sido as propostas. Nem a falta de apoio do seus companheiros de PMDB o fez recuar.

No início do ano, a bancada do partido se fez de João-sem-braço e deixou José Edmar sem emplacar a segunda tentativa de votar a criação da Estrutural, com o novo nome de Vila Operária. Os amigos não moveram palha para incluir o projeto na pauta. E deixaram o plenário vazio.

A Estrutural quase passou na Câmara Legislativa em 1995. Mas os colegas de José Edmar preferiram manter o veto do governador Cristovam Buarque ao projeto. Depois, no final de 1996, aconteceria o pior. Duas pesquisas de opinião pública de institutos privados e outra da Codeplan, empresa do governo, confirmaram que mais de 60% da população de Brasília apoiavam a remoção dos invasores. Deste tempo para cá, José Edmar é um homem sozinho.